



Processo instrutivo nº 31673/2024

Processo licitatório nº 44504/2025

Vistos.

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.073/2025, apresentada por LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA., regularmente processada pela Comissão de Pregão, com manifestações técnicas da equipe de planejamento desta Secretaria e posterior submissão à análise jurídica da Procuradoria Geral do Município, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

A Procuradoria Geral do Município examinou detidamente os argumentos apresentados na impugnação, tendo emitido parecer jurídico que orienta esta autoridade administrativa quanto aos limites de legalidade, aos riscos jurídicos identificados e às providências recomendadas, cabendo a esta decisão observar fielmente tais balizas.

1. Da fixação da taxa de administração em 0%

No que se refere à alegação de ilegalidade da fixação da taxa de administração em 0%, o parecer jurídico foi expresso ao consignar que tal opção **não configura, por si só, afronta à Lei nº 14.133/2021.**

O parecer também reafirmou que **não se aplica à presente contratação a Lei nº 14.442/2022**, por tratar-se de benefício assistencial concedido no âmbito de política pública, e não de vantagem de natureza trabalhista, entendimento já consolidado nos autos.

Entretanto, a Procuradoria alertou para a existência de **risco jurídico potencial na vedação absoluta à apresentação de taxas negativas**, quando combinada com a fixação da taxa em 0%, na medida em que a eliminação integral da variável econômica pode, em tese, ser interpretada como mitigação do caráter competitivo do certame, à luz dos arts. 5º e 9º da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

O parecer não declarou a nulidade do edital, mas **recomendou ajuste** como medida de prudência administrativa e mitigação de riscos, destacando, inclusive, como parâmetro de coerência institucional, que o próprio Município de Nova Friburgo já admitiu taxa de administração negativa em licitação anterior



destinada à contratação de cartão alimentação para servidores públicos, solução reconhecida como juridicamente possível pelo TCU.

Diante disso, **acolhe-se parcialmente a impugnação**, exclusivamente para permitir a apresentação de taxa de administração igual a zero ou negativa, desde que preservada a integralidade do crédito destinado aos beneficiários, vedado qualquer ônus direto ou indireto à Administração, e assegurada a análise de exequibilidade das propostas.

2. Da exigência de arranjo de pagamento aberto

Quanto à alegação de direcionamento ilegal decorrente da exigência de arranjo de pagamento aberto, o parecer jurídico foi categórico ao afastar tal entendimento.

Restou consignado que a exigência encontra **fundamento técnico no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência**, sendo motivada pela necessidade de garantir **capilaridade territorial**, ampla aceitação do cartão e efetivo acesso ao benefício em todos os bairros e distritos do Município, especialmente considerando o perfil socioeconômico dos beneficiários.

A Procuradoria concluiu que não houve imposição arbitrária de tecnologia, mas definição legítima de modelo operacional necessário à consecução da política pública, inexistindo violação à neutralidade tecnológica ou aos princípios da competitividade e isonomia.

Assim, **rejeita-se integralmente a impugnação neste ponto**, mantendo-se a exigência de operação em arranjo de pagamento aberto.

3. Da alegação de favorecimento indevido às micro e pequenas empresas

No tocante à alegação de que a fixação da taxa em 0%, associada à exigência de arranjo aberto, resultaria em favorecimento indevido às micro e pequenas empresas, o parecer jurídico **não reconheceu a existência de ilegalidade**, mas tratou a questão sob a ótica de **risco jurídico reflexo**, vinculado à eliminação da variável econômica.

A Procuradoria não afirmou que o edital criou ou ampliou benefício ilegal às ME/EPP, tampouco declarou afronta direta à Lei Complementar nº 123/2006. O parecer limitou-se a observar que a supressão total da disputa por taxa poderia potencializar discussões sobre competitividade, reforçando, por consequência, a



recomendação de ajuste do modelo econômico para admitir taxas negativas.

Dessa forma, o suposto favorecimento às ME/EPP **não foi reconhecido como vício autônomo**, mas como argumento acessório que se resolve com a adequação da disciplina da taxa de administração, nos termos já indicados.

Assim, rejeita-se a impugnação quanto à alegação de favorecimento indevido, **sem prejuízo do ajuste recomendado**, que afasta o risco apontado e preserva a competitividade do certame.

4. Da necessidade de adequação do planejamento

Por fim, a Procuradoria ressaltou a necessidade de **coerência entre o planejamento da contratação e o instrumento convocatório**, recomendando que, diante do acolhimento parcial da impugnação, sejam promovidas as devidas retificações no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, de modo a refletir adequadamente a modelagem econômica ajustada, em observância aos arts. 18 e 20 da Lei nº 14.133/2021.

5. Conclusão decisória

Diante de todo o exposto, **DECIDO**:

- ✓ acolher parcialmente a impugnação apresentada, exclusivamente para ajustar a disciplina da taxa de administração, admitindo-se taxa igual a zero ou negativa, nos termos do parecer da Procuradoria;
- ✓ manter integralmente as demais disposições do edital, especialmente a exigência de arranjo de pagamento aberto;
- ✓ determinar a retificação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, em estrita conformidade com a orientação jurídica;
- ✓ determinar o retorno dos autos à Comissão de Pregão para adoção das providências de estilo, inclusive republicação e reabertura dos prazos, com a urgência que o caso requer, diante da essencialidade do serviço.

Encaminhem-se os autos à Comissão de Pregão.

Nova Friburgo, 29 de dezembro de 2025.

Assinado por YURI GUIMARAES FELISBERTO BEZERRA 119.***.***
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

05/01/2026 09:31:34

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D
D E S E N V O L V I M E N T O
S O C I A L E D I R E I T O S
H U M A N O S

Pág. 55
PROCESSO Nº: 044504/2025
DATA: _____
RUBRICA: _____
FOLHA: _____



Matrícula 100.518